

# Nenhuma definição quanto à renegociação

O presidente do Banco Central, sr. Affonso Celso Pastore, cujo prestígio no Exterior vem crescendo ultimamente, parece ter-se irritado um pouco com as interpretações dadas às declarações do ministro Ernane Galvêas sobre a renegociação da dívida externa do País, a ser iniciada nos primeiros dias de novembro. A verdade é que, tendo o ministro da Fazenda declarado que o Brasil poderia talvez prescindir da contratação de novos recursos, alguns interpretaram essa afirmação como se, pressionado pelos bancos comerciais internacionais, o Brasil se mostrasse disposto a apertar mais o cinto, dispensando novos recursos externos.

Talvez o ministro da Fazenda tenha sido um pouco inábil, ou imprudente, ao tocar em tal questão, que não passa de uma hipótese, a saber, a da possibilidade de o Brasil não necessitar de novos recursos para o ano de 1985. O presidente do Banco Central sabe que as coisas não são tão simples e que, antes de fixar sua posição, o Brasil tem de considerar, com grande circunspeção, diversas hipóteses. Não se deve esquecer, por exemplo, que em 1983 nosso governo havia feito uma previsão demasiado otimista e que, depois, precisou obter recursos suple-

mentares. Até o diretor da Cacex, sr. Carlos Viacava, está advertindo que, com a supressão progressiva do crédito-prêmio e a dificuldade de se obter crédito a taxas de juros razoáveis, o País vem encontrando obstáculos em seu empenho no sentido de incrementar a exportação de produtos manufaturados.

Não se deve esquecer que ocorrerá, em breve, uma mudança de governo e que esta acarretará mudanças na orientação da política econômica. Convém lembrar também que, com a recuperação da demanda interna, que começa a ser sentida — e, na primeira fase do novo governo, poderá fortalecer-se, até artificialmente —, diversas empresas estarão diante de um dilema, tendo de optar entre o mercado interno e o mercado externo. Ora, não há dúvida de que se inclinarão (preferindo o curto prazo...) para a solução mais rentável. A situação tenderá a agravar-se se, no novo governo, os economistas que condenaram o “modelo exportador” (que nunca foi adotado) conseguirem impor suas idéias ou sua ideologia.

Paira, ainda, outra ameaça, com a inflação atual, que talvez venha até a recrudescer no início do ano, a

nova equipe governamental poderia ser tentada a recorrer à desindexação cambial, que deitaria a perder tudo o que o País conquistou, no mercado externo, nestes últimos anos.

Eis por que se faz mister usar de muita prudência ao pensar no montante de recursos de que o País necessitará no próximo ano. Contar, por exemplo, com os recursos do Fundo Monetário Internacional (1,8 bilhão de dólares no ano que vem) parece-nos, hoje, temeridade. É possível, realmente, que seja muito difícil firmar novos compromissos com o organismo internacional. Por isso, parece-nos de toda conveniência dispor de margem mais ampla, com recursos novos, nas previsões. O País não ficaria obrigado a lançar mão desses recursos, em sua totalidade, mas seria conveniente possuí-los para poder usá-los em caso de necessidade, mesmo pagando, para isso, uma taxa de abertura de crédito contingente.

O presidente do Banco Central sr. Affonso Celso Pastore, tem toda a razão quando declara que não precisará tocar nas reservas para atender a parte das necessidades nacionais de dinheiro novo no ano que vem.

Tem ele até a firme intenção de fortalecer um pouco as reservas, contando para isso com a possibilidade de se obter, na balança comercial, um superávit maior do que o esperado.

É preciso que se entenda bem essa posição. O Brasil não irá contrair empréstimos no Exterior para avigorar suas reservas — como podia fazer, justificadamente, ao tempo em que a taxa de juros no mercado internacional era negativa. Se conseguir, porém, graças à qualidade de seus produtos e aos preços oferecidos, intensificar mais um pouco suas exportações, é natural que o País pense em aumentar as reservas. Cumpre acrescentar que será possível admitir reduzir as reservas na fase de negociação se o Brasil for obrigado a prolongar a negociação ou se os credores se recusarem a assinar algum compromisso antes de conhecerem a nova equipe governamental. Nesse caso, porém, conviria incluir nos pedidos de novos recursos o valor correspondente à reconstituição das reservas. Por ora, é preciso usar de toda a prudência e não dar, aos credores estrangeiros, a impressão de que o País irá apresentar-se numa negociação que exclui pedidos de novos recursos.